

Filosofia (feminista) da ciência: a contribuição de Nancy Tuana

Dante Flávio da Costa Reis Júnior¹  0000-0001-8407-7846

¹Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Brasília, DF, Brasil. 70910-900 – geaunb@unb.br



Resumo: Nos últimos quarenta anos, ampliou-se o campo dos estudos filosóficos e históricos sobre a ciência. Parte dessa evolução tem a ver com o desenvolvimento de epistemologias críticas; por exemplo, a análise das práticas científicas pelo olhar feminista. Ressaltamos, neste artigo, a produção intelectual de uma importante autora, Nancy Tuana. O propósito é o de demonstrar à comunidade de estudiosas do feminismo o estado atual do debate sobre ciência e gênero, realçando o mérito de uma bibliografia que revitalizou as primeiras discussões feministas em epistemologia. Baseado em algumas das publicações mais emblemáticas da personagem, o texto faz uma apresentação panorâmica de seus pensamentos. E conclui que as reflexões da autora (que mesclam perspectivas analíticas herdadas e renovadas) mantêm intacto o valor da crítica feminista para a ciência contemporânea.

Palavras-chave: filosofia da ciência; epistemologia crítica; feminismo.

(Feminist) philosophy of science: Nancy Tuana's contribution

Abstract: In the last forty years, the field of philosophical and historical studies of science has expanded. Part of this evolution has to do with the development of critical epistemologies; for example, the analysis of scientific practices through a feminist perspective. In this article, we emphasize the intellectual production of an important author, Nancy Tuana. The purpose is to demonstrate to the community of feminist scholars the current state of the debate on science and gender, highlighting the merit of a bibliography that revitalized the first feminist discussions in epistemology. Based on some of the character's most emblematic publications, the text gives a panoramic presentation of her thoughts. And it concludes that the author's reflections (which mix inherited and renewed analytical perspectives) keep intact the value of feminist criticism for contemporary science.

Keywords: Philosophy of science; Critical epistemology; Feminism.

Filosofía (feminista) de la ciencia: el aporte de Nancy Tuana

Resumen: En los últimos cuarenta años, el campo de estudios filosóficos e históricos de la ciencia se ha expandido. Parte de esta evolución tiene que ver con el desarrollo de epistemologías críticas, como el análisis de las prácticas científicas desde una perspectiva feminista. En este artículo destacamos la producción intelectual de una importante autora, Nancy Tuana. El propósito es demostrar a la comunidad de académicas feministas el estado actual del debate sobre ciencia y género, destacando el mérito de una bibliografía que revitalizó las primeras discusiones feministas en epistemología. Basado en algunas publicaciones emblemáticas del personaje, el texto ofrece una presentación panorámica de sus pensamientos. Y concluye que las reflexiones de la autora (que mezclan perspectivas analíticas heredadas y renovadas) mantienen intacto el valor de la crítica feminista para la ciencia contemporánea.

Palabras clave: filosofía de la ciencia; epistemología crítica; feminismo.

Introdução

A história da Filosofia da Ciência (FC) demonstra ter havido a eclosão gradativa de múltiplas perspectivas metateóricas. Por efeito, hoje, no espectro de abordagens, coexistem matizes tradicionalistas, radicais e moderados. Dentre os segundos, encontram-se, por exemplo, as leituras feministas da ciência; as quais, apesar de heterogêneas, têm em comum a postura crítica diante das visões indiferentes aos contextos sociais da prática científica. Essas leituras convivem com modos de interpretar a ciência que, sem necessariamente negligenciarem o valor explicativo dos parâmetros sócio-históricos, não acatam todas as alegações feitas pelo pensamento feminista. Por conseguinte, manuais de FC indicam que o campo, atualmente, reúne de linhas teóricas que endossam reinterpretações críticas, até vertentes que as contrapõem com argumentos que parecem recuperar pontos defendidos pela FC tradicional – tais como o compromisso com a objetividade das alegações e a pressuposição da universalidade dos significados (Nancy NERSESSIAN, 1987; Leslie STEVENSON; Henry BYERLY, 2000; Maria Carla GALAVOTTI *et al.*, 2014).

É nosso objetivo, neste artigo, ressaltar as características das vertentes especialmente radicais. Faremo-lo, contudo, através de dois recortes: nos restringindo à teoria crítica associada ao feminismo e buscando ilustrá-la com o detalhamento da epistemologia proposta por uma autora-chave – Nancy Tuana. O estudo foi guiado por uma indagação motivadora: no choque natural com argumentações céticas ou relativamente rivais, a FC de cunho feminista ainda se apresenta como uma linha potente para esclarecer/revelar os vieses masculinos no âmbito da produção de conhecimento científico? Dado que esses vieses ainda parecem ser preponderantes, nossa hipótese é a de que sim.

A emergência de uma epistemologia crítica

É uma marca do pensamento tradicional a validação de dualidades do tipo “racional *versus* emocional” e “objetivo *versus* subjetivo”. E, sem que se admita, elas demarcam dicotomias de gênero, uma vez que as atitudes preconizadas como ideais (para o pensamento e a prática eficientes) tendem a ser aquelas que justamente saibam “controlar” a manifestação da subjetividade e das emoções. Ou, em outras palavras, saibam expurgar o “feminino” – presumido como “menos racional” (Sally HASLANGER, 2008, p. 213). No mundo da ciência, ainda que os envolvidos não reconheçam de modo consciente que essas concepções de ambiguidade têm um viés de gênero, elas estão historicamente presentes e, na verdade, tenderam a moldar o funcionamento estrutural das pesquisas.

Uma teoria “neutra” da ciência pareceu instituir valores que seriam universais do humano; quando, na realidade, consagrou como virtuosas algumas estritas características que, culturalmente, aprendemos a vincular aos homens (razão e condutas sistemáticas). Os “*women's studies*” tiveram origem na cena cultural norte-americana dos anos 1960. Mas a ênfase no tema especial das ciências ganha maior visibilidade bibliográfica (e conquista outros continentes, como a Europa) principalmente na década de 1980. Tratava-se dos “estudos sociais de ciência” (HARDING, 2015, p. 5).

Esses estudos procuraram desenvolver duas frentes de pesquisa: a análise da anômala situação das mulheres junto às instituições científicas (isto é, sua escassa presença ali) e o questionamento das posturas intelectuais assumidas como de maior valor epistêmico para a ciência (a neutralidade e a objetividade, essencialmente). Sendo assim, os estudos quiseram confrontar os modos enraizados de entender e fazer ciência, denunciando que eles eram conservadores em manter um tipo de herança com filosofias já ultrapassadas, como o empirismo lógico. O projeto da linha feminista foi, então, o de jogar luz sobre fatos que a literatura corrente vinha deixando à sombra: que as questões (e os dados) da ciência são formuladas (e levantados) a partir de pressupostos atrelados ao contexto (Javier ECHEVERRÍA, 1995). E como esse contexto é impactado pela construção histórica de imaginários em torno da diferença entre os sexos, as próprias teorias das ciências naturais e sociais terminaram veiculando juízos distorcidos sobre o comportamento e a cognição de indivíduos femininos e masculinos.

Felizmente, a denúncia da irrefletida tendência a suprimir os juízos de valor envolvidos nas dimensões comunitária e institucional da ciência trouxe ganhos aos estudos epistemológicos. Uma das destacadas aparições do termo “*gender*” se deu em um livro de Evelyn Keller, nos anos 1980. Ali, a física de formação abordaria de forma crítica a associação feita entre o científico e o “masculino”; isto é, questionaria a ideia de que há entre a ciência e a feminilidade uma relação disjuntiva (KELLER, 1985). E isso ilustrava o que também uma série de outras autoras viriam logo a denunciar: a preponderância do imaginário distorcido em várias disciplinas especializadas. Pesquisas médicas sobre diferença hormonal; estudos antropológicos sobre homens caçadores; modelos em primatologia acerca da sociabilidade; teorias sociobiológicas explicando comportamento de gênero etc. (LONGINO; Kathleen LENNON, 1997; Sarah RICHARDSON, 2010).

As autoras que vão se inscrever na linha de frente, dando combate ao androcentrismo na ciência, constituirão várias gerações. As pioneiras, digamos assim, são as nascidas entre os anos 1930 e 1940 – e teríamos os casos exemplares de Sandra Harding e Helen Longino. Tuana pertence a uma segunda geração, responsável por promover desdobramentos especiais da epistemologia crítica.

O pensamento de Nancy Tuana: aportes e reconhecimentos

As contribuições da filósofa Nancy Tuana aos estudos feministas são valiosas pelo fato de a pesquisadora ter investido na perspectiva da análise histórica. Ou seja, ela examina a questão feminina na história da filosofia, tanto quanto na história das ciências. Suas linhas de investigação compreendem as epistemologias libertadoras e as abordagens de interseccionalidade.¹

Tuana é vinculada ao Departamento de Filosofia da *Pennsylvania State University* (EUA), instituição onde dirige o *Rock Ethics Institute*. Neste Instituto, pesquisadores desenvolvem estudos interdisciplinares motivados por compromissos éticos e comunitários – despontando ali interessantes trabalhos sobre raça, gênero e sexualidade, saúde, agricultura e tecnologia.²

A seguir, apresentaremos as características gerais do pensamento da autora. Para tal, nos baseamos em quatro publicações – *The Weaker Seed* (1988), *The Less Noble Sex* (1993), *The Values of Science* (1995) e *Coming to Understand* (2004) –, entendendo que a amostra, definida por um critério de distribuição temporal (os textos vieram a público ao longo de aproximadamente duas décadas), redundaria em um mostuário que, embora bastante panorâmico, seria bem representativo de suas visões de ciência e de sociedade.

Sementes débeis

Tuana é uma autora que trata do desenvolvimento das teorias sobre reprodução na história da ciência, mostrando como o preconceito sexista moldou determinadas análises em diversos pesquisadores. Examina essas teorias desde os estudos de Aristóteles, mostrando como a concepção de mulher, em um status inferiorizado, condicionou a linguagem científica e afetou as representações teóricas acerca da reprodução humana. É apresentado, assim, como essas teorias estabeleceram um padrão de depreciação da mulher, criando uma noção de feminino como algo menor, apático e fraco (TUANA, 1988).

A autora aponta que os estudos e interpretações de dois personagens emblemáticos (Aristóteles e Galeno) impactaram, por largo tempo, as teorias de reprodução. E mesmo quando foram obtidos dados que provaram sua inconsistência, a crença na primazia do masculino persistiu no próprio meio científico. Tuana (1988) mostra como o viés de gênero na ciência demarcou, de modo tendencioso, o aspecto feminino como uma dimensão do “passivo” e do “frágil” – sendo aludida, assim, a suposta coordenação com uma inferioridade que seria de ordem biológica. E apesar do aporte contínuo de novos registros de evidências, essa estrutura enviesada resistiu, o que demonstra a força de permanência de um sistema de crenças que é letal para o processo de investigação e para a própria linguagem científica.

Aristóteles foi um dos primeiros pensadores a sistematizar um esquema de explicação que “justificava” a inferioridade das mulheres. O filósofo considerou o “calor” como princípio fundamental capaz de promover o desenvolvimento da matéria. Para ele, quanto mais calor um animal tivesse, mais desenvolvido ele seria. A partir desse princípio, que Aristóteles inferiu tendo por base a observação de diferenças fisiológicas e psicológicas entre machos e fêmeas, formulou a premissa de que as mulheres são “mais frias” que os homens; e, por consequência lógica, elas seriam biologicamente “menos desenvolvidas” que eles. Para justificar a “frieza” das mulheres, o filósofo utilizou como evidência o sêmen – o qual, de acordo com sua elaboração teórica, seria proveniente do sangue. O homem, por ter mais calor, consegue transformar o sangue em sêmen a partir da infusão dessa energia; já a mulher é incapaz disso por realizar a descarga menstrual. O “sêmen feminino”, para Aristóteles, é impotente e não contribui de forma alguma para a reprodução humana. A única função da mulher nesse processo é o de fornecer o material para que o sêmen masculino dê forma e vida ao feto. Sua teoria, é claro, viria a apresentar uma série de inconsistências. Exames mais minuciosos não tardariam a refutar suas alegações, demonstrando o quanto a análise do filósofo esteve carregada de preconceitos. Tratava-se, ali, de um caso, documentado na antiguidade, em que as observações se veem afetadas por juízos prévios (TUANA, 1988).

Já Galeno, apesar de adotar certos princípios de Aristóteles, surge como um caso de contraste na explicação sobre a reprodução humana. Ele inclusive argumenta que Aristóteles

¹ Pelas expressões “libertadora” e “interseccionalidade” nos referimos ao fato de a personagem se alinhar à tradição dos estudos sociais críticos, dentre os quais, para o caso da análise do conhecimento científico, preconiza-se, respectivamente, uma epistemologia que questiona a supremacia dos valores racionalistas e uma abordagem atenta às múltiplas manifestações do feminino (em gênero, etnia, classe social, geografia etc.).

² Informações disponíveis em <https://philosophy.la.psu.edu/people/nat3/>. Acesso em 14/02/2023.

ignorou a evidência dos órgãos genitais para o desenvolvimento de uma explanação “mais consistente”. Para Galeno, os órgãos femininos e masculinos diferiam porque, no caso dos homens, eles ficavam “para fora”, e, no das mulheres, “para dentro”. Por causa do defeito do calor nas mulheres é que seus órgãos não teriam sido capazes de se desenvolver e emergir para fora do corpo. E disso decorria que os “sêmens” das mulheres também seriam relativamente imperfeitos. Galeno elaborou a explicação para esse “defeito” a partir de uma análise da fisiologia do corpo humano; contudo, sua descrição é bastante errônea em termos de anatomia (TUANA, 1988).

Prova o enraizamento do sistema de crença na inferioridade da mulher a longevidade das argumentações desenvolvidas por Aristóteles e Galeno – duas “*authoritative figures*” (TUANA, 1988, p. 56). Tanto que a comunidade científica, ela mesma, levou anos para acusar os erros e refletir sobre o poder de influência de certas pressuposições. Apenas muitos anos depois surgiram os chamados “pré-formacionistas”, com uma teoria diferente sobre o processo de reprodução humana. Por ela, passou-se a acreditar que todas as estruturas do feto já seriam preexistentes, mas os pré-formacionistas se dividiam entre os que supunham que elas estariam pré-formadas no óvulo e os que defendiam o espermatozoide como seu lócus original – estes segundos, chamados “animalculistas”. Acontece que a perspectiva do animalculismo foi a mais aceita pela comunidade científica, o que tornava nítida, então, uma tendência a endossar a superioridade do macho. As teorias desenvolvidas, de Aristóteles aos pré-formacionistas, estiveram marcadas, por isso, pelo preconceito de gênero, comprometendo uma percepção mais fidedigna sobre o papel do corpo da fêmea no processo reprodutivo. “A defesa tenaz da crença na primazia dos poderes generativos masculinos em face das crescentes evidências contra ela revela a natureza profundamente enraizada dessa convicção e a valência emocional a ela ligada” (TUANA, 1988, p. 56).

Tuana (1988) destaca o fato intrigante desses preconceitos não terem sido suprimidos na ciência moderna. E como, na verdade, eles até deixaram traços ainda manifestos em determinados setores de pesquisa. Ou seja, a história da ciência oferece fatos de uma sistematização que preservou o preconceito de gênero. Anatomistas, depois, até promoveram avanços explicativos, mas os erros de Galeno tardaram a ser reconhecidos.

Em fins do século XVII, por exemplo, embora admitidas as superficialidades inerentes às descrições anatômico-funcionais, restava potente o imaginário de inferioridade das mulheres – e isso travou o reconhecimento de que aquelas explicações todas registradas em literatura (muitas delas abusando de conjecturas criativas) eram, no fundo, socialmente convenientes. Os modelos de circulação orgânica exemplificavam isso: veias e artérias podiam cumprir funções análogas no corpo do homem e da mulher, no entanto, conjecturava-se que o material transportado – bem como sua procedência (a partir de um órgão “menos nobre”?) – era de natureza distinta para sistemas circulatórios masculinos e femininos (TUANA, 1988).

Seria necessária uma série de transformações que repensassem a visão de mundo sexista incutida também no campo das práticas científicas. Só com esse entendimento é possível compreender por que certas teorias foram aceitas e incontestadas por tanto tempo; e mesmo quando a comunidade já se deparava com suficientes evidências de sua imprecisão.

O menos nobre dos sexos

Atenta à constituição histórica das questões, a filósofa também analisa a construção de um conjunto de crenças acerca da natureza moral e racional femininas, contextualizando a literatura científica a respeito, do período clássico até a início do século XX. É abordada, por exemplo, a percepção masculina sobre a “moralidade inferior” das mulheres, ideia que teria sido reforçada pela ciência, pela religião e pela filosofia ao longo do tempo. Ademais, a filósofa mostra como a concepção de subalternidade da mulher esteve tão profundamente enraizada no ocidente, a ponto de afetar, por consequência, a prática e a linguagem científicas.

Tuana alega que a moralidade, habitualmente, esteve associada às capacidades racionais do ser humano. A faculdade de raciocinar e realizar um julgamento moral foi vista como o que distingue o homem dos demais animais. Porém, as mulheres, usualmente, foram vistas como menos desenvolvidas que os homens, logo, sua capacidade moral também seria inferior. Foi mais ou menos consensual o imaginário de que a natureza impunha às mulheres uma “interrupção precoce” (*earlier arrest*) na evolução do espírito. Quer dizer, como neste sujeito humano impactavam os custos da reprodução, “naturalmente” punha-se obstáculo a um desenvolvimento pleno da moralidade. “Somente o homem, com seu senso racional desenvolvido, era capaz da deliberação consciente necessária para a plena moralidade” (TUANA, 1993, p. 86).

A autora apresenta quais eram as percepções acerca da moralidade na mulher, construídas pelo cristianismo e pela ciência no período clássico. O cristianismo concebeu uma imagem de mulher como algo perigoso para a moralidade do homem; na verdade, o seu fraco senso de justiça faria com que ela agisse de modo imoral, vindo a ter uma influência potencialmente lesiva à natureza do homem. Essa “deficiência” no senso de justiça foi justificada

pela falta de controle das emoções e, por efeito, pela facilidade a uma entrega aos desejos. Logo, elas seriam mais fracas racionalmente e (em relação aos homens) mais propensas a sucumbir ao erro e à mentira. Para a tradição cristã, a mulher é um ser facilmente levado pela “luxúria”; se deixando possuir por desejos de ordem sexual – o que compromete não apenas sua moralidade, mas também a do homem (TUANA, 1993).

Já a ciência clássica buscou explicar a inferioridade moral da mulher como um defeito em sua fisiologia. Como vimos antes, para a biologia clássica, o sexo feminino apresentava “menos calor” que o sexo masculino. Desse déficit resultaria uma série de diferenças fisiológicas entre os sexos, das quais decorreriam também consequências de ordem comportamental.

Quer os teóricos postulassem um mecanismo fisiológico (a quantidade de energia gasta na reprodução) ou psicológico, as conclusões eram as mesmas: o senso moral da mulher é, na melhor das hipóteses, resultado de inclinação ou treinamento. Somente o homem é capaz do mais alto estágio de moralidade em que os atos são baseados no dever ou na justiça. A mulher é o sexo menos nobre (TUANA, 1993, p. 92).

Mas em muitos momentos as mulheres também foram apreciadas por serem sensíveis. Vistas como “empáticas” e “cuidadas”, foram alvo de elogios por parte dos estudiosos da condição humana dos pontos de vista filosófico e científico. Sua sensibilidade era, em certo sentido, “necessária” para a própria continuidade da espécie. No entanto, mesmo entre os cientistas que chegaram a ver as mulheres como detentoras de uma moralidade especial, preponderou a concepção de que esta moralidade seria de uma ordem inferior à dos homens. O fato de estarem envolvidos instintos e emoções comprovava que as mulheres nunca poderiam chegar ao estado mais pleno da moral. O senso de justiça e dever que elas pudessem lograr desenvolver não seria suficiente para tomadas de decisão mais importantes na sociedade. Apenas os homens, com seu senso racional desenvolvido, estariam aptos a isso.

Ciência com valores

Ao dirigir atenção, especialmente, aos chamados valores da ciência, Tuana problematiza o sentido de empirismo. Mas o faz a partir da ótica feminista, e delineando as principais críticas que essa perspectiva faz às construções teóricas e metodológicas levantadas pelo empirismo tradicional. A filósofa desenvolve sua reflexão pautada nos princípios que são utilizados pelas pesquisadoras feministas para repensar e reconstruir as teorias e métodos do empirismo contemporâneo. Ao explorar a ótica do gênero, ela realiza a demonstração desses princípios e traz, como subsídio esclarecedor, episódios ilustrativos da história da ciência (TUANA, 1995).

A teorização sobre os princípios do chamado “Empirismo Científico” foi questionada e revisada por diversas intelectuais, tendo como influência as críticas feministas que ajudaram a repensar a prática científica. As análises feministas avaliaram as concepções tradicionalmente aceitas sobre a “natureza da mulher”; concepções que foram perpetuadas pela ciência. A autora pontua que três princípios fundamentais são utilizados pelas teóricas feministas para sugerir a remoção dos preconceitos de gênero – e de modo a garantir que a ciência possa ser, assim, mais objetiva. Os princípios se baseiam (i) na recusa da dicotomia entre política e ciência, (ii) na incorporação e reconhecimento dos elementos subjetivos na prática científica e (iii) na reconfiguração do sujeito do conhecimento. Esses princípios se constituem como uma ferramenta analítica que poderia afiançar um outro tipo de rigor metodológico às práticas da ciência, garantindo que a perspectiva do gênero não se extinguisse em sua potencialidade de focar e esclarecer processos de opressão (TUANA, 1995).

Por muito tempo pensou-se que havia uma separação nítida entre valores e ciência, e também que a prática científica não era influenciada pelo contexto político-social de seu tempo. Tuana (1995) traz como exemplo as teorias desenvolvidas pela ciência da craniologia do século XIX, que buscaram justificar a inferioridade feminina a partir de estudos sobre a configuração do crânio das mulheres, em comparação com a dos homens. A craniologia poderia ser apresentada, assim, como um exemplo emblemático de “má ciência”, em que se constataram preconceitos de ordem sexual e racista penetrados na prática científica.

Durante aquele contexto, porém, uma série de evidências surgiram e contradisseram a tese da inferioridade da mulher – o que levou cientistas mais cuidadosos a apontarem os erros empíricos das teorias até então admitidas. Acontece que mesmo as novas teorias não abandonaram de todo a crença na inferioridade da mulher, e, inclusive, buscaram novas explicações que justificassem as hipóteses pautadas na crença da primazia do homem.

A crença na inferioridade da mulher não era para a grande maioria dos cientistas do século XIX uma hipótese passível de refutação, mas um compromisso “metafísico” cuja verdade era um dado adquirido. A evidência contraditória foi, portanto, vista como prova de uma falha em algum lugar do experimento (TUANA, 1995, p. 445).

Em vista disso, a autora se pergunta se bastaria rotular como episódios infelizes quando teorias tenham sido desenvolvidas a partir de metodologias depois provadas pobres. Isto é, não residiria nesse tipo de censura (modesta), que precisou aguardar por evidências contundentes contrárias à tese subjacente, o risco de estar-se negligenciando análises mais profundas? A autora é feliz em ressaltar isso, porque aparentemente foram omissas as primeiras críticas ao conteúdo preconceituoso de certas teorias científicas – como se as concepções de base enfim detectadas (de gênero e raça) tivessem resultado apenas da ignorância ou de um raciocínio falho de pesquisadores individuais. Ou seja, é como se o coletivo maior de cientistas, e o próprio corpo social, pudesse ser inocentado, já que tudo seria uma questão de sanar os detalhes problemáticos que, em seu tempo, os formuladores de teoria não souberam perceber. Tuana (1995) fala que o processo é muito mais complexo, pois os “detalhes”, na verdade, correspondem a valores extremamente arraigados na sociedade – e, por efeito, refletidos também no mundo da prática científica.

Logo, é uma postura negligente e reducionista interpretar a infiltração de visões preconceituosas sobre grupos minoritários como erros individuais de raciocínio. Na verdade, a autora destaca que a crença na inferioridade da mulher já vinha de há muito tempo; e que, portanto, seria enganoso pensar que essa crença se manifestou em relatos meramente anedóticos e em escala episódica. Dessa maneira, a craniologia teria sido um caso a mais entre outros – o que revela, segundo a filósofa, um tipo de convivência por parte da comunidade científica com visível lastro histórico (TUANA, 1995).

Quanto à incorporação e reconhecimento dos elementos subjetivos na prática científica, diversas pesquisadoras feministas apontaram que a ciência é permeada de valores. E independentemente de serem bons ou ruins, o fato é que adentram no universo da ciência, influenciando todo o processo. A partir disso, uma série de questões foram levantadas sobre os modelos tradicionais de prática científica, os quais (se presumia) eram pautados pela neutralidade, objetividade e racionalidade. Então, os estudos passaram a criticar a ideia de um pesquisador desinteressado e de postura independente com respeito ao objeto que ele decida examinar. Buscaram trazer à luz essa relação entre o sujeito conhecedor e o problema sob sua análise, detectando os elementos de ordem subjetiva que seriam operantes ativos nesse processo. As pesquisadoras feministas observaram que os componentes subjetivos nem sempre são uma barreira para a ciência; a bem dizer, eles podem até servir de incremento à objetividade das pesquisas (TUANA, 1995).

A autora discorre sobre o fato de o conhecimento científico ser produzido por um sujeito que é, na verdade, suscetível a vontades e tendências. Esse aspecto atesta o poder diretivo que valores e crenças detêm; ou seja, destaca um sujeito cuja percepção de realidade não está blindada ao contexto – muito ao contrário, ela carrega a marca da “posição” do sujeito na sociedade. Por consequência, a subjetividade não é algo exclusivamente intrínseco à feminilidade. No mundo real da ciência, objetividade e subjetividade são equipotentes e interativas. Ambas conferem significado aos produtos do conhecimento, sejam elaborados por homens ou mulheres (TUANA, 1995).

Os estudos feministas demonstraram que a localização social do pesquisador é epistemicamente relevante, na medida em que ela poderá apontar o quanto certas relações sociais históricas imiscuem-se em sua prática profissional. Esse fato poderia ser ilustrado, por exemplo, na análise que feministas fizeram de teorias antropológicas que sustentaram o modelo do “homem-caçador” para explicar o processo de evolução. Elas denunciaram o viés androcêntrico dessas construções teóricas, ressaltando a visão da “mulher-coletora”. As pesquisadoras propuseram a reformulação da imagem de natureza da mulher, implicando a necessidade de desenvolver teorias da evolução que fizessem justiça ao papel que ela jogou no processo evolutivo.

Contudo, Tuana (1995) defende a ideia de que uma nova imagem de racionalidade para a ciência não substitua um viés por outro. Quer dizer, ela não deve deixar de ser marcadamente androcêntrica para ser, digamos, preferencialmente “ginocêntrica” porque um retrato preciso passa por adotar uma concepção de racionalidade mais inteira; não parcial. Em outras palavras, há de ser considerada a atuação de uma verdadeira “multiplicidade de sentidos” (*multiplicity of senses*), os quais cooperam no processo de produção de conhecimento (TUANA, 1995, p. 449). Então, mais do que simplesmente o protagonismo de uma racionalidade imparcial, forças provenientes da “empatia” e da “intuição” demonstram que o conhecimento é fruto da atuação de corpos que, por serem diferenciados, aportam conteúdos distintos. E o fato é que essa heterogeneidade é muito enriquecedora para a ciência.

Intelectuais feministas buscaram desenvolver programas de pesquisas baseados na ótica do gênero, de forma a produzir relatos mais objetivos e condizentes com a realidade. Eram, por isso, novas noções de objetividade e racionalidade que surgiam com os estudos feministas. E as intelectuais não visavam ao fim do empirismo, mas a uma reconstrução desse princípio canônico a fim de habilitar práticas científicas empiricamente mais adequadas (TUANA, 1995).

Por um real entendimento

A “adequação” a que a filósofa se refere passa, necessariamente, por uma reavaliação dos relatos científicos documentados pela história da ciência. Por exemplo, acerca da sexualidade feminina. Em uma análise especial, ela examina o caso do orgasmo, a anatomia e o papel do clitóris no prazer sexual das mulheres. E demonstra como as “políticas de conhecimento e ignorância” delinearão o que se sabe e o que não se sabe sobre o corpo da mulher. Por meio da articulação entre a epistemologia feminista e o que chama “epistemologia da ignorância” (*epistemology of ignorance*), a autora se debruça sobre as interseções do (des)conhecimento e do poder, avaliando como advieram os relatos sobre corpos e prazeres. A tese é de que a ignorância adentra nos relatos científicos e influencia o que deve ser, ou não ser, conhecido (TUANA, 2004, p. 194).

Os estudos sobre a estrutura da genitália feminina, especialmente o clitóris, e sobre o orgasmo da mulher, estiveram baseados em distorções. As políticas de ignorância atuaram aí muito ativamente, pois tenderam a nivelar para baixo o grau de conhecimento científico sobre o corpo feminino, sobrevalorizando, mediante certos valores preferenciais, a perspectiva dos corpos masculinos. Com características próprias, a ignorância é construída (e reproduzida) estando conectada a uma autoridade cognitiva. E a materialização disso pode ser a omissão de determinados conhecimentos (TUANA, 2004).

Fica claro, então, por que a autora diz haver vantagem em articular essa noção de epistemologia da ignorância com as práticas epistêmicas feministas já consolidadas. É que, para compreendermos inteiramente as práticas de produção de conhecimento, é necessário voltar a atenção não somente àquilo que é conhecido (ou ao que se acredita ser conhecido), mas às práticas do não conhecer e do abandonar. Logo, a “ignorância” precisa constituir-se em tema de análise, mas não que ela seja uma simples lacuna de conhecimento. A ignorância de que está se tratando é uma construção social, ligada ao poder e à autoridade. Ela gera incertezas, dúvidas, mas também silenciamentos.

É fundamental entender de antemão que a lógica das ferramentas epistêmicas correntemente usadas para analisar o conhecimento pode não ser suficiente para examinarmos como a prática da ignorância é cultivada. Sobretudo porque essas ferramentas podem não chegar a detectar o fato de que conhecimentos valorosos do passado foram apagados; saberes que antes eram um conhecimento comum e desapareceram entre os grupos. Aspectos que poderiam ter sido compreendidos, mas não o foram. É uma outra epistemologia, então, assim potencializada, que terá chances de lançar luz sobre o fato de ainda não conhecermos coisas que já poderíamos conhecer; ou sobre o fato de que elas um dia já foram conhecidas, mas se perderam (TUANA, 2004).

Até o século XIX, o corpo masculino era referencial para os estudos de biologia humana, sendo o corpo feminino um objeto para comparações. A genitália do homem se constituía como uma estrutura em relação à qual a genitália feminina seria uma versão reduzida, interior, “invertida”. O clitóris era percebido, no máximo, como uma estrutura diminuída, similar ao pênis. Mesmo com o surgimento do modelo dos “dois sexos” no século XIX, reconhecendo a mulher como um segundo gênero (mas com genitálias diferentes da do homem), o clitóris seguiu ignorado ou omitido dos relatos de estudiosos. A partir dos anos 1970, com os movimentos em prol da saúde feminina e o advento de abordagens feministas, as representações sobre a anatomia da genitália das mulheres passaram a ser questionadas e começaram a mudar lentamente. O clitóris, que antes chegou a ser visto como uma espécie de “nó”, começou a ser mirado em sua complexidade, e relatos mais alentados foram feitos – ainda que as descrições sobre a genitália masculina permanecessem bastante mais minuciosas (TUANA, 2004). Ou seja, com o aperfeiçoamento das análises, chegou-se a reconhecer o papel do clitóris no prazer sexual feminino, mas restariam dúvidas e dissensos quanto às funções especiais de sua anatomia e fisiologia, o que significa dizer: apesar de, passados os anos, novas ilustrações sobre as estruturas da genitália feminina terem sido alcançadas, o impacto nos manuais técnico-científicos, no geral, foi mínimo.

Mesmo quando pesquisadores se interessaram em relacionar o clitóris com o prazer sexual, e reconheceram que o prazer da mulher poderia ser, inclusive, necessário para o processo de concepção, não aprofundaram tanto o estudo. Por exemplo, chegou-se a mapear as estruturas orgânicas da genitália feminina e sua interligação com o prazer; isso, contudo, não levou os estudiosos a descreverem com maior precisão de onde partiria (ou como começaria e terminaria) o fenômeno do orgasmo feminino. Já Freud, por exemplo, descreveria o prazer sexual feminino como partindo do clitóris (na juventude) e seguindo para o orifício vaginal (na fase adulta) – proposição teórica que permitiu uma diferenciação entre as várias porções da vagina. Porém, seus estudos sustentaram que o propósito do prazer feminino seria unicamente o da reprodução heterossexual (TUANA, 2004).

Por isso é que a autora pontua a presença de um exemplo de política da ignorância na relação do sexo com a reprodução. Porque o prazer feminino foi tratado de forma diferenciada, mesmo quando as genitálias femininas e masculinas eram descritas insinuando homologia. Pouco se contestou sobre o papel da ejaculação e do gozo masculinos, enquanto o prazer feminino foi visto como não essencial para a reprodução, ainda que estudiosos pontuassem que ele era benéfico para promover o desejo da relação sexual. Soma-se a isso a visão, comum no século XIX, de que as mulheres eram mais lascivas que os homens, sendo sua sexualidade vista como um “perigo” para eles: “um igualmente arraigado medo da sexualidade feminina” (TUANA, 2004, p. 220). Então, isso explicaria um pouco por que o estudo do clitóris se perdeu nos relatos, uma vez que, em primeiro lugar, essa estrutura não pareceu contribuir de forma ativa no processo reprodutivo e, em segundo lugar, o entendimento dessa estrutura poderia gerar nas mulheres desejo pelo sexo. Sendo assim, vê-se que o balanço entre conhecimento e ignorância atesta uma ciência sobre os corpos e os prazeres que esteve ligada a uma dinâmica de poder. Poder que soube suprimir vozes e relatos.

Tuana (2004) confronta os relatos antigos e as novas percepções sobre sexualidade feminina. Comenta que estudos contemporâneos acerca das capacidades multiorgásticas das mulheres tratam de um assunto que, na verdade, já fora explorado em antigas pesquisas. A questão em algum momento se perdeu, vindo a ressurgir, passados mais de meio século, em estudos atuais. Isso, para a filósofa, comprova a atuação de grupos dominantes, os quais sempre lançaram mão da política da ignorância como um instrumento muito conveniente para operar a perpetuação de valores. Por exemplo, valores que se vissem ameaçados por novas descobertas.

A autora também chama a atenção para o desenvolvimento das teorias evolucionárias sobre o orgasmo feminino, afirmando que os relatos se deram a serviço dos valores culturais da família. Isso se exemplifica na preferência pelo estudo dos chimpanzés, em vez dos macacos bonobos, cuja evolução da sexualidade da fêmea é muito mais plausível de ser comparada com a humana. Enquanto a primeira espécie desenvolve grande parte do seu comportamento sexual durante o período fértil, a segunda espécie não se atém ao estro, apresentando desenvolvimento sexual em diferentes períodos. As fêmeas bonobos não se prendem ao ciclo ovulatório, e o sexo atende a diversas funções além da reprodução; por exemplo, a criação de alianças, o aumento do vínculo entre indivíduos, a diminuição das tensões na comunidade. A chimpanzé fêmea até pode ter relações sexuais com mais de um macho, mas o faz como uma estratégia exclusivamente centrada na procriação (TUANA, 2004).

Dada a persistência da crença de que o propósito primário do sexo humano é a reprodução [...] não é nenhuma surpresa que nossos teóricos da evolução, em sua maioria homens, escolheriam o chimpanzé em vez dos bonobos para modelar a evolução da sexualidade humana (TUANA, 2004, p. 220).

Embora se tenha aceitado o orgasmo feminino humano, até recentemente se negava que as primatas o experimentassem, constituindo mais um caso do que Tuana (2004) denomina interseção das políticas de ignorância. Grande parte do motivo de negar os orgasmos das primatas se explicava pela defesa do modelo cultural de união heterossexual monogâmica – o que punha, mais uma vez, a ciência a serviço dos valores de família. Por efeito, o orgasmo feminino humano foi interpretado de forma a estabelecer como “natural” que a mulher mantivesse relações sexuais com um único parceiro e com a frequência necessária a criar uma relação entre casal. Garantia-se, assim, uma representação teórica sobre o elo entre a reprodução, a cooperação masculina e a assistência à prole. Como dito antes, o orgasmo feminino humano não chega a ser negado, mas ele é construído em afinidade com uma política que desejava evitar a ruptura de certos roteiros sociais.

A autora situada no curso evolutivo da epistemologia feminista

Como alegamos no início, Tuana é um nome saliente que representa a continuidade fecunda da literatura acadêmica sobre o feminismo. Pertence à importante agremiação de mulheres que decidiram pôr na alça de mira o âmbito da produção de conhecimento científico, para examinar ali a ocorrência de condicionamentos socioculturais. A exemplo, então, de suas congêneres, Tuana diagnostica uma série de manifestações claramente impugnantes do feminino, em casos históricos bastante emblemáticos. E o faz como uma filósofa muito atenta à dimensão política da epistemologia das ciências – especialmente, as biológicas.

Neste sentido, ela prossegue uma linha analítica bem sintonizada com a que definiram nomes muito representativos na filosofia feminista da ciência, tais como Harding e Longino, por exemplo. Entendemos que cabe aqui demonstrar o quanto nossa personagem replica perspectivas estabelecidas por essas pioneiras, bem como o quanto ela oferece outras leituras (ou elege outros aspectos) para desenvolver seus estudos críticos sobre o pensamento científico. Vejamos alguns pontos.

Harding (1986), em seu clássico livro *The Science Question in Feminism*, desenvolve um raciocínio ratificado por Tuana: devem ser foco de escrutínio crítico as razões por trás da definição e seleção dos problemas das ciências biológicas e sociais. Afinal, quem decide quais fenômenos do mundo “precisam de explicação”? Essa definição estaria, na realidade, atrelada aos anseios e expectativas dos homens – agentes que concentraram o poder de determinar aquilo que é instigante para as pesquisas científicas. Por conseguinte, há uma sintonia clara entre as visões de “*bad science*” em Tuana e em Harding, pois, para esta, foi abusivo da parte da ciência ter inferido como universalmente relevante o que era significativo apenas para os homens, “deixando sem explicação muitas coisas que as mulheres consideram problemáticas” (HARDING, 1986, p. 22). E, como vimos, em *Coming to Understand* (2004) é verificada essa ponderação quanto aos reflexos no plano das necessidades das mulheres: as explicações promovidas pelos cientistas fatalmente as apagaram ou distorceram – o que traduz a operação de “*epistemologies of ignorance*” (TUANA, 2004, p. 196).

Outra consideração de relevo que já havia aparecido em textos de Harding é revalidada por Tuana. Em *Is There a Feminist Method?*, de 1987, Harding trabalha uma das questões mais controversas no debate feminista em teoria da ciência: se haveria um “método” especialmente feminista para as investigações científicas. Este vem a ser um ponto de afinidade entre as autoras. Ambas, de fato, tendem a discordar da ideia-chave de um “*distinctive feminist method of inquiry*” (HARDING, 1987, p. 1); contudo, Tuana faz uma apreciação um pouco diferente. Enquanto Harding não parece tão convicta de que um método feminista consiga reunir pressupostos específicos, implacavelmente desafiadores das metodologias tradicionais, em *The Values of Science*, Tuana (1995) nega essa possibilidade por uma via indireta: nossa personagem prefere destacar a necessidade de garantir uma “multiplicidade de sentidos” a fim de desenhar o melhor processo de produção de conhecimento. Ou seja, sua leitura é diferenciada neste detalhe de apregoar um procedimento cuja racionalidade subjacente, para efeito de consertar relatos parciais e distorcidos, precisa realmente deixar de ser “*androcentric*”, mas nem por isso passar a ser “*gynocentric*” (TUANA, 1995, p. 449).

Quanto a Longino, dentre suas vastas contribuições à epistemologia feminista, encontramos o exame de uma das perspectivas do problema escalar indivíduo/coletividade. Para ela, foi uma vitória das análises feministas a demonstração do caráter ilusório do individualismo. Ela se refere à reflexão que fizeram sobre a interdependência dos seres humanos dentro de uma estrutura de interação social – justamente o fator que devia ser escrutinado. Essa avaliação de que uma construção crítica do conhecimento pressupõe, na realidade, a intersubjetividade – quer dizer, ela só faz sentido em “contexto de múltiplas subjetividades” ou com a “minimização máxima da preferência subjetiva” (LONGINO, 1990a, p. 152) –, é confirmada por Tuana (1995) em *The Values of Science*. Nos referimos ao fato de que também nossa personagem se posiciona contra a prevalência de interesses idiossincráticos. Estes têm de ser excluídos do corpo do conhecimento científico através de um novo tipo de objetividade. A nova objetividade minimizaria a preferência de uns, assegurando a inclusão de outras perspectivas que se provassem socialmente relevantes para a comunidade como um todo. E isso se harmoniza com a ideia de que um “intercâmbio crítico entre as comunidades” precisa constituir-se em valor inerente à ciência (TUANA, 1995, p. 459).

Esse ponto específico remete a uma apreciação análoga, feita por Longino em outro texto seu – ponderação esta reafirmada também, depois, por Tuana. Trata-se do elogio ao fato de que o feminismo foi muito efetivo em diagnosticar (e condenar) o falso compromisso com um modelo de ciência livre de valores. Da revelação que feministas fizeram dos preconceitos masculinos dentro e fora da prática científica, demonstrando como isso violava as próprias regras que o discurso da neutralidade dizia serem fundamentais. O importante aqui é detectar o nível de consonância entre as duas autoras: para Longino (1990b), os métodos científicos “não podem garantir a independência de valores contextuais”; eles não têm como ser esvaziados de “*interpretative frameworks*” (LONGINO, 1990b, p. 191). Para Tuana (1993), de modo semelhante, não é o caso eliminar um viés por ventura identificado. Deve-se, isto sim, procurar expandir o escopo de interpretações até que se construam explicações mais apropriadas (porque menos limitadoras). Essa concordância está visível em *The Less Noble Sex*, quando nossa personagem aborda a baixa ocorrência de “uma visão de complementaridade em vez de inferioridade” (TUANA, 1993, p. 82), explicando a grande resistência em admitir que a sensibilidade (e, inclusive, inclinações de ordem passional) desempenhou um papel constituinte em formas de conhecimento que foram e são valorosas na história da sociedade.

O pensamento da filósofa reverberado em outras geografias

Cabe destacar a difusão internacional do pensamento crítico de nossa personagem. E, de fato, verifica-se a menção a seus escritos epistemológicos em muitas produções acadêmicas multidisciplinares. Inclusive na América Latina. Vejamos uma amostra dessas ocorrências.

No Brasil, Tuana pode ser encontrada referida em dissertações, artigos e livros. Jovens pesquisadoras nordestinas, por exemplo, tendo interagido com textos da norte-americana, souberam capturar dali alguns pontos relevantes para suas respectivas investigações. Hemilly Cerqueira Souza (2017), professora de Biologia, em seu Mestrado defendido junto ao famoso Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências da Universidade Federal da Bahia, menciona o papel da autora no combate a versões explicativas baseadas em determinismo biológico e na demonstração da ignorância que reinou nas pesquisas sobre “a saúde e corpo feminino” (SOUZA, 2017, p. 30). Clarissa Mendes Gonçalves (2020), socióloga pernambucana com experiência nos estudos sobre epistemologia e autoritarismo, em artigo, se refere à Tuana como uma autora que critica a concepção de que existiriam sujeitos mais capacitados a lidar com discussões científicas. Concepção essa bastante omissa, pois ela não indaga se a impressão poderia ser, na verdade, efeito de uma “agenda epistêmica” já predefinida por quem possui força de influência no grupo social (GONÇALVES, 2020, p. 8). E a filósofa paraibana Eduarda Calado Barbosa (2023), estudiosa do impacto do feminismo nas filosofias analítica e da linguagem, é organizadora de uma recente coletânea de textos, com o propósito de divulgar contribuições transformadoras para a “superação do sexismo” no campo filosófico – textos estes que fazem frequente referência a publicações de Tuana (BARBOSA, 2023, p. 13).

Também encontramos menção à Tuana em trabalhos de acadêmicas de outros países latino-americanos. A filósofa feminista Norma Blazquez-Graf (2012), investigadora de um centro de pesquisa mexicano sobre ciências e humanidades, se baseia justamente na autora para desenvolver, em um capítulo de livro, a ideia de que a crítica feminista, na verdade, deve ser usada não para defender o privilégio epistêmico das mulheres, e sim para esclarecer que toda reivindicação de conhecimento precisa encontrar espaço de manifestação. E daí a importância de se fomentar a “*pluralidad de perspectivas*” (BLAZQUEZ-GRAF, 2012, p. 34). Na mesma linha interpretativa, María Urbina-Gutiérrez (2018), socióloga venezuelana especialista no tema mulheres e ciências, em artigo sobre epistemologia feminista, também menciona Tuana a propósito desse raciocínio. Como grupos individuais não logram obter, por si, um padrão abstrato de universalidade (e isso tem a ver com a dificuldade de se desvencilharem de certas limitações impostas pelo contexto), faz-se necessário instituir um regime de “*confrontación de distintas subjetividades*” (URBINA-GUTIÉRREZ, 2018, p. 61). Sendo assim, uma vez estabelecida a abertura à crítica, poderíamos alcançar a tão almejada objetividade – que deve seguir sendo um projeto tanto de homens, quanto de mulheres.

Por fim, um terceiro caso ilustrativo é o de Diana Maffía, filósofa fundadora da rede argentina de estudos de gênero, ciência e tecnologia. Em artigo em que trata do tema resistência, Maffía (2018) emprega o conceito desenvolvido por Tuana – “*epistemología de la ignorancia*” – para enfatizar que, por força de preconceitos ou de interesses deliberados, foi relegada ao esquecimento uma série de conhecimentos não hegemônicos (MAFFÍA, 2018, p. 115).

Considerações finais

A ideia da primazia do homem na sociedade é uma construção sociocultural com amplo lastro histórico no imaginário das sociedades ocidentais. O quanto já teríamos consertado isso no cenário contemporâneo?

Os estudos mais atualizados, que souberam coordenar de forma crítica a filosofia e a história das ciências, nos advertem sobre o poder dos sistemas de crença no desenvolvimento de táticas de autopreservação. A ancoragem das ideias às épocas em que viveram os produtores de saberes científicos condicionou fortemente a reprodução de certos valores – e a ponto de uma impressão eventual de progresso ter podido, na realidade, mascarar a astúcia estratégica: com o tempo, o sistema de crenças soube desenhar esquemas mais formalizados (por exemplo, em terminologia biológica), os quais encapsulavam ainda a ideia de subalternidade da mulher.

É claro que os padrões de crenças sexistas são complexos e afetam de forma profunda, mas diferenciada, a prática e a linguagem científicas. Assim, embora tentador, devemos escapar às armadilhas reducionistas. Dizer simplesmente “a ciência contemporânea é sexista” pode conter um tipo de componente ideológico que vimos ter sido letal para a causa da “objetividade” tão propalada no passado. Por isso mesmo, Tuana preconiza que se busque inquirir, sempre e em toda circunstância, o pano de fundo das esquematizações teóricas, a fim de descobrir e sanar os imaginários que lhes sejam subjacentes. Ou seja, o remédio mais ideal seria uma atenção sistemática aos vieses e seus efeitos; sem que isso, contudo, se transforme em uma espécie de policiamento pré-julgador.

Acontece que, depois do tanto que a epistemologia feminista nos revelou, saberíamos discernir o sutil descompasso entre análise crítica e pré-juízo censor? Este parece ser um desafio intelectual que o pensamento feminista mesmo nos legou. Mas que podemos suplantar a partir dos próprios ensinamentos que suas autoras elaboraram.

Tuana chama a atenção para o impacto que a luta feminista teve ao dar saliência aos grupos excluídos e trazer ao debate sistemas opressores que comprometeram os espaços de ocupação e de fala desses grupos. Sujeitos apartados das decisões não só na economia do cotidiano, como no meio científico. Para a autora, a comunidade científica precisa ser mais inclusiva. Mas são necessários esforços na direção de uma nova cultura sociopolítica para que possamos ter uma ciência adequada para todas e todos.

Tuana observa que a prática científica esteve profundamente penetrada de preconceitos. Tanto que boa parte dos cientistas chegou a resistir ao acúmulo de elementos refutadores. O caso citado das teorias em craniologia é simbólico: elas tiveram seu maior auge justamente no período em que uma primeira onda feminista já se instaurava – o que, aliás, mobilizou as pesquisadoras engajadas em delatar noções perniciosas. Então, a linha interpretativa de Tuana vai no sentido de uma recomendação a que sejam demonstrados, com a devida sobriedade, os pontos que inviabilizam realmente a tese de conhecimento científico não influenciado por valores. Ela, dessa forma, dá continuidade ao cuidado que demais colegas feministas tiveram: o de desenvolver explicações acerca do caráter “socialmente localizado” das formas de conhecimento. Porque, em suma, a ciência é mesmo condicionada pelas crenças culturais e políticas de seu tempo.

Tuana é uma filósofa cuja produção intelectual é destacada por esclarecer com critério um fato preocupante: não importando a qualidade das evidências postas à vista de cientistas da evolução e da reprodução, um perenizado senso de discriminação à mulher seguiu endossando, na história das disciplinas biológicas, a ideia de que ela é um ser subalterno “por sua própria natureza”. Mas, por mais que nossa personagem centre suas análises em episódios que datam de séculos atrás, seria importante termos clareza do quanto os campos disciplinares associados à medicina e à saúde em geral afetam nossas vidas independentemente da época. Isto é, as ciências biológicas, por possuírem tantas extensões aplicadas, merecem a vigilância permanente de uma epistemologia crítica. Os problemas não estão isolados no cativeiro do passado. Epistemologias da ignorância podem estar soltas no presente.

Nos últimos anos, vivenciamos o contexto de uma pandemia em escala mundial e, intrigantemente, testemunhou-se a manifestação simultânea de movimentos anticidência (pautados, por exemplo, pela descrença na idoneidade dos estudos médico-farmacêuticos) e de defensores ardorosos dos valores científicos (exemplificados por divulgadores que garantem serem esses estudos cumpridores dos devidos protocolos). O que isso nos aponta?

Que seria elucidativo verificar, nesses extremos opostos, de negacionistas e de guardiões da ciência, não em qual das duas frentes encontram-se “mais” ou “menos” mulheres atuando – mesmo porque esse tenderia a ser um levantamento que estigmatiza, se equivocando de alvo –, mas qual pode ser hoje o teor de “ignorância” presente nas alegações apaixonadas de uns e de outros. Ao falar em opostos, a boa ciência, se combate o retorno de um obscurantismo arcaico, também não pode abrir margem ao regresso de um cientificismo positivista. Então, que paradigma de lucidez ilustra a coerência de se procurar, criticamente, posturas comedidas?

Bem, a epistemologia feminista, nos termos defendidos por Tuana, encarna uma proposta multipanorâmica que nos ajuda a divisar os (equilibrados) melhores posicionamentos.

Referências

BARBOSA, Eduarda Calado. “Introdução”. In: BARBOSA, Eduarda Calado (Org.). *Textos selecionados de filosofia feminista*. Pelotas: NEPFIL, 2023. p. 13-17.

BLAZQUEZ-GRAF, Norma. “Epistemología feminista: temas centrales”. In: BLAZQUEZ-GRAF, Norma; FLORES-PALACIOS, Fátima; RÍOS-EVERARDO, Maribel (Coords.). *Investigación feminista: epistemología, metodología y representaciones sociales*. Ciudad de México: UNAM, 2012. p. 21-38.

EACHEVERRÍA, Javier. *Filosofía de la ciencia*. Madrid: Akal, 1995.

GALAVOTTI, Maria Carla; DIEKS, Dennis; GONZALEZ, Wenceslao; HARTMANN, Stephan; UEBEL, Thomas; WEBER, Marcel (Eds.). *New directions in the philosophy of science*. Cham: Springer, 2014.

GONÇALVES, Clarissa Mendes. “Saber científico e corpos femininos: quando ignorância se transforma em epistemologia”. *Inter-Legere*, Natal, v. 3, n. 29, p. 1-28, 2020. Disponível em <https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/22031>. Acesso em 06/04/2024.

HARDING, Sandra. *The science question in feminism*. Ithaca: Cornell University Press, 1986.

HARDING, Sandra. “Introduction: is there a feminist method?”. In: HARDING, Sandra (Ed.). *Feminism and methodology: social science issues*. Bloomington: Indiana University Press, 1987. p. 1-14.

HARDING, Sandra. *Objectivity and diversity: another logic of scientific research*. Chicago: The University of Chicago Press, 2015.

HASLANGER, Sally. "Changing the ideology and culture of philosophy: not by reason (alone)". *Hypatia*, v. 23, n. 2, p. 210-223, 2008.

KELLER, Evelyn. *Reflections on gender and science*. New Haven: Yale University Press, 1985.

LONGINO, Helen. "Feminism and philosophy of science". *Journal of Social Philosophy*, v. 21, n. 2/3, p. 150-159, 1990a.

LONGINO, Helen. *Science as social knowledge: values and objectivity in scientific inquiry*. Princeton: Princeton University Press, 1990b.

LONGINO, Helen; LENNON, Kathleen. "Feminist epistemology as a local epistemology". *Proceedings of the Aristotelian Society: supplementary volumes*, v. 71, p. 19-35, 1997.

MAFFÍA, Diana. "Disidencia sexual y epistemología de la resistencia". *Avatares Filosóficos*, Buenos Aires, n. 5, p. 103-116, 2018. Disponível em <http://revistas.filo.uba.ar/index.php/avatares/article/view/3418/2313>. Acesso em 12/04/2024.

NERSESSIAN, Nancy (Ed.). *The process of science: contemporary philosophical approaches to understanding scientific practice*. Dordrecht: Kluwer, 1987.

RICHARDSON, Sarah. "Feminist philosophy of science: history, contributions, and challenges". *Synthese*, n. 177, p. 337-362, 2010.

SOUZA, Hemilly Cerqueira. *O uso de epistemologias feministas no desenvolvimento de propostas pedagógicas para um ensino de ciências voltado à promoção de equidade de gênero*. 2017. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências) – Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, Salvador.

STEVENSON, Leslie; BYERLY, Henry. *The many faces of science: an introduction to scientists, values, and society*. 2 ed. Boulder: Westview Press, 2000.

TUANA, Nancy. "The weaker seed: the sexist bias of reproductive theory". *Hypatia: special issue: feminism and science: part 2*, v. 3, n. 1, p. 35-59, 1988.

TUANA, Nancy. *The less noble sex: scientific, religious, and philosophical conceptions of woman's nature*. Bloomington: Indiana University Press, 1993.

TUANA, Nancy. "The values of science: empiricism from a feminist perspective". *Synthese*, v. 104, n. 3, p. 441-461, sept. 1995.

TUANA, Nancy. "Coming to understand: orgasm and the epistemology of ignorance". *Hypatia*, v. 19, n. 1, p. 194-232, 2004.

URBINA-GUTIÉRREZ, María. "Crítica a la epistemología feminista ante el pensamiento científico moderno". *Revista Estudios Culturales*, Naguanagua, v. 11, n. 22, p. 57-70, jul./dic. 2018. Disponível em http://servicio.bc.uc.edu.ve/multidisciplinarias/estudios_culturales. Acesso em 13/04/2024.

Dante Flávio da Costa Reis Júnior (dantereis@unb.br; dante.reis.jr@gmail.com) é licenciado em Geografia (Universidade Federal de Pelotas, 2000), mestre em Geografia (Universidade Estadual Paulista, 2003) e doutor em Ciências (UNICAMP, 2007). Pesquisador nas áreas de História, Filosofia e Ensino da Ciência Geográfica. Professor Associado 3, junto ao Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, UnB (lotação desde dezembro de 2008).



COMO CITAR ESTE ARTIGO DE ACORDO COM AS NORMAS DA REVISTA

REIS JÚNIOR, Dante Flávio da Costa. "Filosofia (feminista) da ciência: a contribuição de Nancy Tuana". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 32, n. 3, e793421, 2024.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Não se aplica.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a Licença Creative Commons CC-BY 4.0 International. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

HISTÓRICO

Recebido em 16/03/2023
Reapresentado em 21/04/2014
Aprovado em 17/06/2024
